

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO OIAPOQUE NOS ANOS DO REGIME MILITAR: DIALOGANDO COM AS FONTES DOCUMENTAIS

CECÍLIA MARIA CHAVES BRITO BASTOS*

INTRODUÇÃO

A temática sobre a memória da educação escolar indígena no Oiapoque durante os anos do regime militar e o diálogo com as fontes documentais, insere-se no campo da História e da Historiografia da Educação. A Educação Indígena, em articulação com a História da Educação Brasileira, tem ganhado atenção na investigação acadêmica recente, principalmente a partir da Constituição de 1988 que determinou a especificidade desta modalidade de educação.

Desta forma, o interesse em estabelecer discussões acerca da educação escolar indígena decorreu da necessidade de averiguar o papel historicamente desempenhado pela escola na formação, civilização ou inclusão educacional dos indígenas no Brasil. Principalmente porque a escola em contexto indígena teve muitas faces e pautou-se por diferentes políticas e projetos, situando o “lugar” que esses indivíduos “deveriam” e/ou “devem” ocupar na sociedade brasileira (GRUPIONI, 2004).

Com vistas a evidenciar o papel da educação em contexto indígena, propomos investigar como a escola chegou às aldeias em períodos anteriores a Constituição de 1988, sobretudo nos anos de 1964 a 1985, época em que os militares formalizaram e implementaram projetos educacionais em áreas indígenas. Esse recorte nos permite apreciar algumas tendências gerais sobre a história da escolarização indígena e a política indigenista no Brasil, demarcando a forma como os índios foram “acolhidos” historicamente pelo Estado, principalmente em relação às ações educativas (BERGAMASCHI, 2005).

A despeito desta questão, consideramos que a pesquisa de fontes documentais produzidas no contexto do regime militar, por várias instituições, pode contribuir para analisar o papel que a escola desempenhou nas aldeias, destacando como o governo brasileiro

* Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UnB) e vinculada ao Curso de Doutorado Interinstitucional em Educação (Universidade Federal de Uberlândia e UNIFAP).

implementou projetos educativos junto aos indígenas na região fronteiriça Oiapoque e Guiana Francesa. A utilização de documentos referentes aos anos do regime militar nos permitirá caracterizar o sentido da educação escolar indígena na fronteira e sua conexão com a política integracionista do Estado brasileiro, no contexto das aldeias da região do Uaçá, no município do Oiapoque, na época do Território Federal do Amapá, extinto em 1988.

Para investigar as experiências dos povos indígenas com relação à escola formal foi necessário recorrer alguns “lugares de memórias” (NORA, 1993): Biblioteca Pública do Estado do Amapá; Acervo da Cúria da Igreja São José de Macapá; Núcleo de Educação Indígena (NEI), vinculado a Secretaria Estadual de Educação do Amapá (SEED); Setor de Arquivo da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda-Amapá (SAMF/AP); Fundação Nacional do Índio-Amapá (FUNAI-AP) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Além da pesquisa nas instituições referidas, fizemos anotações de campo com indígenas pertencentes às etnias Karipuna, Galibi Marworno e Palikur, da região do Uaçá, e durante várias visitas às aldeias, desde 2007. Esses indígenas são alunos do Curso de Licenciatura Intercultural, Campus Norte da Universidade Federal do Amapá, ao qual estou vinculada como professora das disciplinas Povos Indígenas no Brasil, Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará e Desenvolvimento e Meio Ambiente - História.

A documentação está sendo mapeada, catalogada e, ao mesmo tempo, analisada e interpretada. A seguir descreveremos algumas análises direcionadas para o trabalho com a memória documental trabalhada.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E SEUS “LUGARES DE MEMÓRIA” NO AMAPÁ

No Brasil, o interesse e uso de referenciais sobre a história da escola indígena têm sido crescente e, portanto o debate acerca da organização de acervos e de iniciativas para dar visibilidade às experiências educacionais em sociedades indígenas tornou-se mais frequente nas últimas décadas. Essas iniciativas são importantes porque, habitualmente, os indígenas transmitem sua história por meio da oralidade e alguns não têm o costume de conservar documentos escritos em suas comunidades, a exemplo dos indígenas da região do Uaçá, no Oiapoque.

Além da inexistência de documentos escritos nas aldeias indígenas, no estado do Amapá, os documentos que podem dar suporte a investigação do processo de escolarização

indígena estão guardados em diversas instituições públicas, nem sempre organizados e disponíveis para a pesquisa. É bom lembrar que o Estado não possui Arquivo Público. Essa realidade nos levou a percorrer vários caminhos em busca de fontes documentais. Por isso, procuramos documentos em diversas instituições que, de alguma forma, conservam documentos referentes ao contexto pesquisado. Mas, também, buscamos informações com base na oralidade dos indígenas do Uaçá que vivenciaram a experiência da escolarização nos anos do regime militar.

Essa empreita foi importante porque sabemos que em qualquer investigação as narrativas históricas dependem dos “lugares de memória” (dos arquivos) e da coleta de documentos (NORA, 1993) que, catalogados e organizados servem ao pesquisador para produzir análises, partindo do detalhe para, possivelmente, atingir a realidade social.

No caso da pesquisa com os indígenas, o documento com base na oralidade, também é essencial, porque esse tipo de documento constitui-se como intermediário cultural das experiências de escolarização nas aldeias. Pois, é do vínculo com o passado que se extrairá a força para a formação da identidade dos indígenas do Oiapoque. Isso é importante à medida que chega, mesmo, a ser “um Direito Humano semelhante a outros direitos ligados à sobrevivência da cultura”, como nos diz Ecléa Bosi (2003: 16).

Concordando com Bosi os documentos, nesse sentido, constituem “os fios da memória”, “os detalhes” que deixaram marcas e que servem para evidenciar a história da escolarização dos indígenas do Uaçá, no Oiapoque, constituindo o tecido da lembrança que se apoia na memória, e que para nós dá sentido e caracteriza a educação escolar indígena no contexto do regime militar no Amapá.

A memória documental (oficial ou com base na oralidade) está fazendo variar nosso ponto de vista, distendendo conceitos, inspirando e recuperando aquilo que estava dado como perdido. Portanto, quando a memória coletiva se faz ausente por algum motivo, temos que nos ater aos fiapos de sua memória, aos vestígios e aos sinais encontrados (GINZBURG, 1991).

Desta forma, podemos dizer que encontramos vários lugares de memória, existentes em várias instituições no contexto do Território Federal do Amapá e com os próprios indígenas que guardam documentos sobre a escolarização na época do regime militar no Brasil. O nosso esforço aqui sugere a necessidade de transformar os documentos encontrados nas instituições pesquisadas em um *corpus* documental organizado e funcionalmente disponível para nossa pesquisa, associando-os as informações disponibilizadas pelos alunos indígenas do Uaçá.

Portanto, as fontes procuradas nos acervos da Biblioteca Pública do Estado do Amapá, da Cúria da Igreja São José de Macapá, do NEI-SEED/AP), do CIMI, da FUNAI/Amapá e da SAMF/AP, sugerem pistas para a compreensão do contexto histórico em que se insere o processo de escolarização dos indígenas durante o regime militar e período de vigência do Território Federal do Amapá, conforme a seguir.

Na Cúria da Igreja São José de Macapá, localizamos o Jornal A Voz Católica que contextualiza a presença da Igreja no Território Federal do Amapá e no contexto do regime militar, situando as discussões a respeito das novas diretrizes educacionais, o censo escolar, o trabalho do CIMI junto aos indígenas do Uaçá e o papel da Colônia Militar do Oiapoque na proteção e segurança da fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa, de 1960 a 1974.

No CIMI encontramos pistas sobre sujeitos históricos que, de alguma forma, estiveram envolvidos no processo educacional nas escolas das aldeias do Uaçá. Foi importante localizar a Irmã Rebeca Spires e o Padre Nello Rufaldi, pertencentes ao CIMI e que estão presentes na área indígena do Oiapoque desde os anos 1970.

No CIMI localizamos o jornal alternativo Porantim, editado pelo CIMI desde 1979. Nesse jornal buscamos informações sobre a presença do CIMI e da FUNAI na área indígena do Oiapoque. O Porantim contextualiza a política indigenista brasileira, evidenciando o momento em que a Igreja Católica começa a se contrapor aos interesses do Estado nos assuntos indígenas. Essa mudança de postura expressada pelo CIMI é marcada pela crítica à atuação tradicional da Igreja e pelas propostas de novas linhas de ação pastoral. Bem como combate a postura dos gestores da FUNAI, em geral militares, preocupados em assegurar a região fronteira e com a integração dos indígenas a sociedade brasileira.

Na FUNAI encontramos alguns Informativos que evidenciam a presença de militares como presidentes da instituição e atuantes nas políticas indigenistas oficiais. Nesses informativos percebemos a formulação de políticas voltadas aos indígenas e a preocupação com a Segurança Nacional. Nessa instituição localizamos a legislação que se refere à política indigenista: Regimento Interno da Comissão Nacional de Política Indigenista, Estatuto dos Povos Indígenas (Lei 6.001/1973), histórico da discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista durante o Regime Militar.

No acervo do NEI/SEED encontramos livros publicados pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), relatórios e a dissertação de Eneida Assis que versam sobre a área e a escolarização nas aldeias do Uaçá. Os documentos situam a realidade escolar

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

dos indígenas evidenciando as propostas de cursos para escolas indígenas/rurais, programas de ensino aplicados a alfabetização de indígenas, disciplinas e conteúdos ministrados e materiais educativos para a alfabetização de indígenas do Oiapoque, como livros didáticos de Ciências Sociais, Português e Tabuada para as aulas de Matemática.

Esse material nos ofereceu suporte para analisar a história de constituição dos grupos indígenas do Oiapoque, começando pela história da localização das etnias na fronteira norte do Brasil, passando pelo contexto histórico em que foram inseridos, a partir da política dos órgãos oficiais do Estado brasileiro. Também, permitiu-nos analisar o funcionamento da escola na área indígena do Uaçá.

Outras possibilidades e outros lugares de memórias foram configurados, a exemplo da Biblioteca Pública do Estado do Amapá e da SAMF/AP, instituições que guardam documentos desde a época do Território Federal do Amapá.

Na Biblioteca Pública encontramos documentação sobre o contexto investigado, a partir de fontes jornalísticas referentes ao Território Federal do Amapá. Os exemplares do Jornal Amapá contêm informações sobre os governadores do TFA e os projetos para a educação rural, que incluía as áreas indígenas e, também, a respeito da política educacional dos militares durante a ditadura militar na fronteira do Brasil. O Diário Oficial dessa época guardado na Biblioteca traz documentos como termos de compromisso e convênios entre o TFA e a FUNAI.

Localizamos documentos na SAMF/AP sobre os/as professores/as que trabalharam nas aldeias do Oiapoque. A SAMF-AP tem a guarda de um acervo com uma série de pastas funcionais existentes desde 1944, momento do início do governo de Janary Nunes, primeiro governador do Território Federal do Amapá. O setor de Arquivo da SAMF-AP contém um conjunto de documentos, compreendendo as seguintes áreas da administração pública: educação (objetivo precípua da pesquisa); saúde; guarda territorial; navegação marítima; construção civil e abastecimento.

Encontramos nas pastas funcionais de professores e professoras do TFA que se deslocaram para as aldeias indígenas os seguintes documentos: contrato dos funcionários com o extinto Território, ficha de registro e emprego, diploma, histórico escolar, declaração de conclusão de curso, ficha da carteira de trabalho e contrato individual de trabalho, nomeação, documentos pessoais, ficha controle, mapa de tempo de serviço, carta de dispensa, ficha de aposentadoria, ficha de frequência, portarias de designação, decretos, comprovante de

votação, exame ocasional de sanidade e capacidade física, memorandos diversos, processos com requerimentos e despachos, atestados e declarações, certidão de nascimento, declaração de vida e residência, ficha de dados cadastrais, atualização de cadastros.

Nas pastas funcionais identificamos alguns professores enviados às aldeias indígenas do Uaçá. Os documentos são importantes para caracterizar quem foram os/as professores/as, a formação, o tempo de serviço nas escolas indígenas e como foram designados para o trabalho nas aldeias.

Além das fontes institucionais registramos informações dos alunos sobre a época em que foram alfabetizados nas escolas. As anotações tratam a respeito da escola e do cotidiano escolar na época pesquisada, quando perguntados sobre: quando e como as escolas foram construídas, quantas turmas existiam, quais as séries estudadas, quais eram as disciplinas e os materiais utilizados em sala, como eram feitas as avaliações, quem eram os/as professores/as, como se dava a relação professores e indígenas e se existiam castigos, datas comemorativas, barreira linguística.

As fontes documentais sobre professores/as que se deslocaram para as aldeias, propostas do curso para escolas indígenas/rurais, programas de ensino aplicados a alfabetização de indígenas, currículos, disciplinas, conteúdos ministrados, materiais educativos, legislação sobre a política indigenista e o cotidiano escolar, guardadas em arquivos oficiais e na memória oral dos indígenas do Oiapoque estabelecem novos horizontes para as pesquisas no campo da História, especialmente, da História da Educação Indígena.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E O DIÁLOGO COM AS FONTES DOCUMENTAIS

Os acervos encontrados e seu uso na prática historiográfica evidenciam a relevância dos lugares de memória e história do Amapá como determinantes nas investigações das pesquisas a respeito educação escolar indígena no Oiapoque. Os documentos localizados são testemunhos e vestígios daquele tempo (BLOCH, 2001) e compõem material disponível à prática historiográfica. Materiais que se apresentam aos historiadores como pistas, sinais e indícios (GINZBURG, 1991) em forma de testemunhos escritos para a história da educação escolar indígena durante a vigência do governo militar e do Território Federal do Amapá.

As fontes pesquisadas foram e estão sendo provocadas no sentido de nos dizer ou nos indiciar o que não está de pronto apresentado pelo documento pesquisado. Seguimos o

caminho em busca de identificação de pistas, indícios e sinais sugeridos por Ginzburg, decodificando os textos para decifrar aspectos diferenciados da realidade educacional imposta aos indígenas.

Portanto, a nossa prática historiográfica está relacionada às fontes encontradas e a forma como estamos dialogando com a documentação disponível. Ainda, estamos num processo de análise e interpretação da história da escolarização indígena, num trabalho de construção dos sentidos e da construção textual para a representação do tempo pesquisado e da sociedade investigada. Operações que condicionam a escrita da história no dizer de Certeau (2002).

Essa escrita da história tem nos indicado uma proximidade com os sujeitos históricos e com a história da escolarização em contexto indígena, apontando-nos constantemente novos caminhos para a construção das peças de nossa investigação.

Desta forma, levantamos aspectos que contemplam a educação indígena no contexto do regime militar e do governo do Território Federal do Amapá e sua atuação na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa. Destacamos a relação com as questões indígenas, a política indigenista traçadas para escolas das aldeias do Oiapoque e o papel das instituições que atuaram na área da educação escolar indígena, tais como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a FUNAI, o CIMI e a Colônia Militar do Oiapoque.

Com a criação do SPI, há a presença de militares nas políticas indigenistas oficiais, revelando o interesse dos militares pela questão indígena. A partir dos governos militares, os órgãos de segurança e informação se estruturaram e atuaram dentro da FUNAI, órgão responsável pela política indigenista no país a partir de 1967.

Nos anos de vigência do regime militar o propósito de “civilizar as gentes da terra” (SANTOS, 1998) pela educação escolar tornou-se prioritário para a administração do TFA e para órgãos responsáveis pelos indígenas (SPI e FUNAI). Dessa forma, a escola passa a ser porta-voz dos interesses do Estado brasileiro na fronteira (ASSIS, 1981), servindo para homogeneizar as relações entre índios e não índios e negar as identidades (as pertencças) culturais específicas dos grupos que passam a ser desterritorializadas e subjugadas na construção do Estado Nacional (REPETTO, 2008).

A escola para os índios, a partir de então, passou a ter funções mais controladas pelo Estado. Era preciso não somente territorializá-los, mas também educá-los como cidadãos e “abrasileirá-los” (ARNAUD, 1989). As escolas nas áreas indígenas se assemelhavam às

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

escolas rurais, e os/as professores/as, geralmente tinham pouca ou nenhuma formação para o magistério.

Com a função de apoiar as políticas de integração dos povos indígenas por meio do processo civilizatório, o governo promulgou o Estatuto do Índio que estabeleceu novas normas para FUNAI sobre a educação e a função das escolas nas áreas indígenas: “A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais” (BRASIL, 1973).

A partir dos anos de 1970, por meio de convênios, a FUNAI transferiu oficialmente suas responsabilidades para o governo do Território Federal do Amapá. O entrosamento entre governo do Território e FUNAI era evidente, pois a Secretaria de Educação do Amapá, por exemplo, passou a dirigir a programação e garantir o funcionamento das escolas nas aldeias, sem levar em consideração a especificidade da realidade indígena. No Diário Oficial encontrado na Biblioteca Pública encontram-se o “Termo de compromisso que entre si celebram o Governo do Território do Amapá, a FUNAI e a comunidade indígena do Uaçá, do Município do Oiapoque.” (30/09/1980) e o “Convênio que levará ensino aos índios do Oiapoque” (29/12/1981).

O CIMI, também, começou suas ações religiosas e comunitárias a partir da década de 1970. O Padre Nello Ruffaldi é figura mais expressiva desse contexto. Suas atividades como pároco de Oiapoque passaram a se orientar, a partir de 1975, pelas linhas do CIMI. O Padre Ruffaldi e a irmã Rebeca Spires, promoveram o desenvolvimento de uma identidade conjunta aos povos indígenas do Oiapoque, por meio da implantação da escola bilíngue, incentivando o uso da língua “patois” ou “creoula”.

A partir das fontes documentais, também estamos articulando discussões acerca de professores/as que se deslocaram para as aldeias, propostas do curso para escolas indígenas/rurais, programas de ensino aplicados a alfabetização de indígenas, disciplinas e conteúdos ministrados e materiais educativos.

As informações colhidas com os alunos indígenas e durante as visitas as aldeias foram analisadas juntamente com as fontes oficiais e nos possibilitaram compreender melhor o contexto pesquisado. Desta forma, foi possível demarcar alguns objetivos: comparar a escolarização da época do regime militar com as práticas tradicionais de educação indígena e perceber as perdas culturais quanto aos rituais e a convivência nas aldeias; verificar que a

escola nas aldeias seguia a mesma arquitetura, o mesmo currículo e material didático e a mesma noção de tempo da escola de não índios; considerar a imposição da disciplina militar na escola, por meio de castigos aos indígenas e da imposição da cultura não indígena, principalmente evidenciados pela dificuldade da barreira linguística em âmbito escolar; constatar os mecanismos de controle dos/as professores/as pelo Território Federal do Amapá e pela FUNAI e a dificuldade para fixa-los nas escolas indígenas; e analisar o discurso de que os indígenas precisavam se integrar a sociedade nacional, de serem “abrasileirados”, a partir da imposição de uma nova cultura escolar.

Pela leitura da documentação trabalhada, o sistema de ensino aplicado às escolas na região do Uaçá serviu de instrumento de dominação para o Estado brasileiro, pois a educação formal, introduzida pela escola, provocou modificações nos sistemas educativos locais, substituindo os valores tradicionais dos grupos indígenas e transformando a escola em portavoz dos interesses do Estado. A escolarização possibilitou a fixação das populações indígenas da região do Uaçá no lado brasileiro e, de certa forma, serviram para guardar a fronteira do Oiapoque (Brasil) com a Guiana Francesa (França).

Portanto, a memória documental sobre a educação escolar indígena, adquirida em instituições oficiais ou por meio da oralidade, demarca um processo que possibilitou ao governo do TFA dinamizar o sistema educacional e colocar em prática a reestruturação das escolas nas aldeias do Oiapoque. As medidas tomadas pelo TFA culminaram com os objetivos da FUNAI para acelerar o processo de integração dos índios aos projetos nacionais como forma de “proteger” as fronteiras do país nos anos de vigência do regime militar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A realidade educacional situada nas escolas das aldeias indígenas do Oiapoque, durante o regime militar, dentro das suas particularidades e singularidades manifesta, em nível local, a possibilidade de trabalhar com fontes documentais arquivadas em diversos lugares de memória.

Os acervos encontrados, até o momento, nos permitiu observar quais memórias se fizeram presentes na construção da escola para os indígenas da fronteira do Oiapoque, no estado do Amapá. Esses lugares de memória, por conseguinte, estabelecem um novo sentido

para o fazer histórico, “abertos a novas leituras acerca do passado e do presente” (NORA, 1993: 19).

Os documentos começam a consolidar novos horizontes para as pesquisas no campo da História, especialmente, a História da Educação Indígena. Com os instrumentais teóricos referentes à escrita da história e suas múltiplas articulações como o lugar da história e da memória poderemos dar outros sentidos à história da educação indígena no Território Federal do Amapá, na época do governo militar.

É importante, também, destacar que a memória documental a respeito da escolarização é fundamental para a construção da identidade dos grupos indígenas da fronteira Oiapoque-Guiana Francesa, pois indicam a trajetória dos indígenas e as marcas deixadas nessas comunidades, a partir da presença da escola na vida dos indígenas.

REFERÊNCIAS

- ARNAUD, Expedito. Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira. In: _____. **O índio e a expansão nacional**. Belém: Cejup, 1989. p. 87-128.
- ASSIS, E. C. **Escola Indígena, uma “frente ideológica”**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: UnB, 1981.
- BERGAMASCHI, M. A. Educação Escolar Indígena no século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **História e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2003.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- GRUPIONI, L. D. B. Um território ainda a conquistar. In: **Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.p. 33-56.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In. **Revista Projeto História**. v. 10, São Paulo, dez., 1993.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

REPETTO, M. A formalização das propostas pedagógicas das escolas indígenas e a construção de cidadanias diferenciadas. In: **Cadernos de Educação Escolar Indígena – Proesi**. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 6, n. 1, 2008, p. 35-49.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos indígenas no Brasil: Amapá/Norte do Pará**. Volume 3, São Paulo: CEDI, 1983.

SANTOS, F. R. dos. **História do Amapá. Da autonomia Territorial ao Fim do Janarismo**. Macapá: O DIA, 1998.